



O Manguinho

NÚMERO 26 - 10 DE FEVEREIRO DE 2022

INFORMATIVO SEMANAL DO INTERSETORIAL MANGUINHOS | SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assista!!

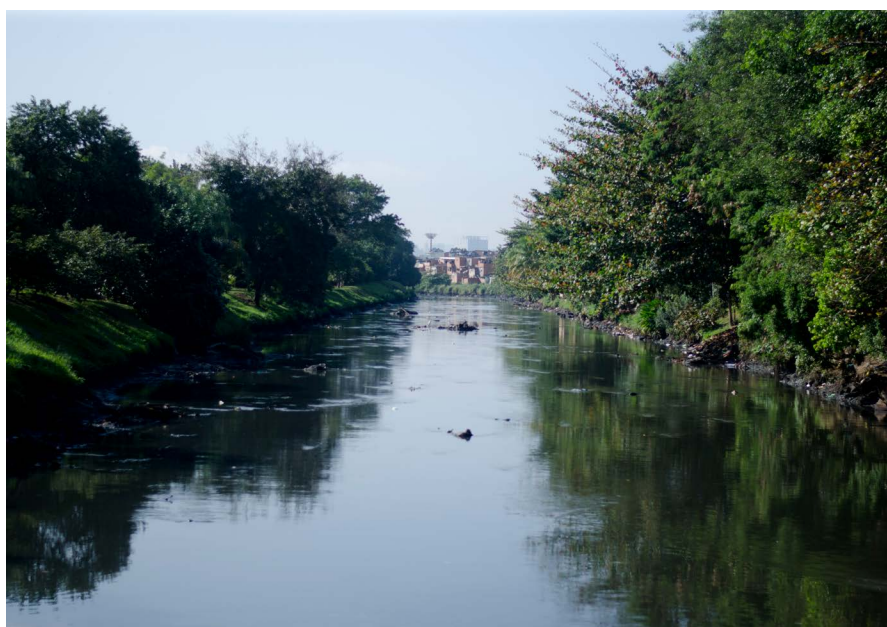
Vídeo com a gravação completa da aula: **Tuberculose e Determinantes Sociais na Saúde. (IESC/UFRJ)**

Convidada Maíra Guazzi

Assistente Social, com mestrado em Epidemiologia e Especialização em Pneumologia Sanitária pela ENSP/FIOCRUZ.

Acesse o vídeo [clikando aqui](#).

Investimento público em Manguinhos: pressionar e fiscalizar!



Rio Faria Timbó, em Manguinhos.

Em outubro de 2021, O Manguinho em sua edição de [número 13](#), intitulada “**Os moradores vão à luta por seus direitos**”, informava aos leitores que uma importante iniciativa de abaixo-assinado organizada por moradores e trabalhadores de Manguinhos solicitava a imediata construção de uma Clínica Municipal de Saúde em Manguinhos, conforme havia sido previsto originalmente nas obras do PAC. Três edições seguintes, [em novembro do mesmo ano](#), O Manguinho perguntava se era possível que Manguinhos pudesse decidir pela aplicação dos recursos da cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, a Câmara de Vereadores estava analisando o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o próximo ano e O Manguinho reforçava o quanto era importante que esse orçamento fosse feito com a população, atendendo desse modo as reais neces-

sidades daqueles que deveriam ser os principais beneficiários do orçamento, os moradores da cidade. A boa notícia deste O Manguinho, de número 26, é que a luta realizada pelos moradores e trabalhadores dos serviços públicos de Manguinhos levou a um primeiro resultado positivo, alcançado a partir de uma emenda parlamentar dos vereadores Reimont (PT) e Paulo Pinheiro (PSOL), onde se estipula um [investimento de 639 mil reais](#) no orçamento deste ano para a construção de uma unidade de saúde da família em Manguinhos. Sabemos também que em fevereiro de 2021 foram aprovadas emendas parlamentares federais no valor de [30 milhões](#), que serão destinadas à Prefeitura do Rio, para a ampliação da cobertura com mais contratação de pessoas para as equipes da Saúde da Família de Manguinhos, Jacarezinho e Complexo da Maré.

No grupo de whatsapp Intersetorial Manguinhos uma moradora perguntou: **como saber como está sendo empregado nosso dinheiro? Como saber se este investimento aprovado nos diferentes orçamentos serão de fato empregados em Manguinhos?**

Lei de acesso à informação

A [Lei nº 12.527/2011](#), conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) estabelece o direito constitucional de qualquer cidadão obter informações públicas. Seu objetivo é o de garantir e criar mecanismos que possibilitam a qualquer pessoa, sem necessidade de apresentar motivo, receber informações dos órgãos e entidades públicas. A lei também vale para entidades privadas que recebem dinheiro público. O que isso quer dizer? Que qualquer pessoa tem o direito de saber como o dinheiro público está sendo empregado. A escola do seu filho está com o bebedouro quebrado e faltam creches para as crianças? Procure saber qual a verba destinada pela Prefeitura e pelo Estado à manutenção das unidades escolares. Em relação aos investimentos na educação pública, eles estão diminuindo ou aumentando? São suficientes? Estão sendo bem utilizados? Ainda que exista a lei, é fácil acessar essas informações? A lei está sendo cumprida? Que dificuldades os moradores de Manguinhos podem encontrar no fortalecimento desta vigilância popular do dinheiro público?

Para o trabalhador da Fio-cruz Joyker Peçanha Gomes, é preciso pressionar e fiscalizar cada vez mais as autoridades públicas:

“A população de Manguinhos, como de outros territórios vulnerabilizados, estão lutando para sobreviver. Além de garantir o pão de cada dia, precisam pressionar por e participar das políticas públicas, materializadas de fato nos orçamentos municipal, estadual e federal. Esses dois casos das emendas exemplificam bem a necessidade de compreender o ciclo das políticas públicas e pressionar os políticos e os servidores públicos (Estado) para que cumpram seus papéis na garantia dos direitos humanos, civis e sociais. No orçamento municipal, pressionaram esses vereadores e, eleitos pelo voto popular, eles emendaram o orçamento proposto pelo prefeito e alocaram recursos específicos para construção de unidade de saúde da família em Manguinhos. No orçamento federal, pelo que entendi, logo no início do exercício de 2021, deputadas(os) da bancada do Rio propuseram ampliar e melhorar a cobertura de saúde em territórios historicamente vulnerabilizados e divulgaram na grande mídia. Isso mostra que, como população, precisamos compreender, cada vez mais, nossos direitos, pressionar e fiscalizar os políticos eleitos que devem nos representar.”

Qual a sua opinião sobre este tema? Envie seus comentários [clikando aqui](#).